

1 **ATA DA CENTÉSIMA SEPTUAGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO**
2 **CONSELHO CURADOR – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO**
3 **MÉDIO PARANAPANEMA – CISMEPAR.**

4 Aos vinte dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis, às treze horas e trinta minutos,
5 no auditório do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Paranapanema - Cismepar,
6 localizado na Travessa Goiânia, cento e cinquenta e dois - Londrina/PR, realizou-se a
7 centésima septuagésima sétima reunião do Conselho Curador para deliberar assuntos
8 constantes na pauta. Para este expediente fizeram-se presentes na categoria Secretários de
9 Saúde (as): Beatriz Fabiano (Alvorada do Sul); Dylan Silva Custódio (Assaí); Leonardo
10 Ribeiro Pinheiros (Cafeara); Talita Maria Bengozi Gozi (Cambé); Rodrigo Almeida Lens
11 (Centenário do Sul); Fabiano Fachina (Florestópolis); Alex Fernandes Monteiro (Guaraci);
12 Leiliane de Jesus de Martini Lopes Vilar (Ibiporã); Ivani Alves de Souza (Jaguapitã); Angela
13 Maria Menezes (Jataizinho); Vivian Biazon El Reda Feijó (Londrina); Marília Gabriela
14 Salgado Alves (Prado Ferreira); Daniela Ruzzila Giannini (Primeiro de Maio); Erika Fernanda
15 dos Santos Bezerra Ludwig (Rolândia); Viviane Granado Barreira da Silva (Tamarana).
16 Também participaram da reunião como ouvintes os representantes da diretoria executiva do
17 consórcio. **Ordem do dia:** Anteprojeto de resolução; Apresentação Qualicis; Aprovação dos
18 protocolos de acesso; Outros assuntos de interesse do Consórcio; Informes. O Sr. Diego
19 cumprimentou a todos e apresentou a pauta a ser discutida. O Sr. Diego deu início à reunião
20 com apresentação do andamento dos processos licitatórios, embora o tema não constasse
21 previamente na pauta convocatória. Na sequência, foi concedida a palavra à Srta. Fabiane,
22 representante da Diretoria Administrativa que apresentou relatório sintético dos processos em
23 trâmite, compreendendo: edital de plantões; credenciamento para fornecimento de aparelhos
24 auditivos; credenciamento de Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME); e
25 credenciamento de profissionais. Esclareceu que, no âmbito da Diretoria Administrativa, os
26 procedimentos licitatórios têm regular prosseguimento após o recebimento do Estudo Técnico
27 Preliminar (ETP) e do Termo de Referência devidamente finalizados. Ressaltou, contudo, que
28 os principais entraves têm ocorrido na fase preparatória, especialmente quanto à consolidação
29 das informações técnicas, quantitativas e justificativas encaminhadas pelos municípios
30 demandantes, o que impacta diretamente nos prazos de conclusão dos processos. Foi
31 amplamente debatida a necessidade de: Padronização das informações enviadas pelos
32 municípios; Designação de servidor responsável em cada município para interlocução direta
33 com o Consórcio; Estabelecimento de prazos objetivos para resposta às solicitações;
34 Possibilidade de exclusão temporária de municípios que não se manifestarem no prazo,
35 facultando posterior adesão, quando juridicamente viável; Encaminhamento formal das
36 demandas deliberadas em reunião, com consolidação dos quantitativos e justificativas
37 técnicas. Dentre os processos, o Sr. Diego retomou a questão referente ao Centro de
38 Especialidades, informando que será submetida à aprovação a abertura de crédito especial.
39 Esclareceu que a obra sofreu atrasos em razão de abandono por parte da empresa
40 anteriormente contratada, encontrando-se em tramitação as medidas administrativas e
41 judiciais cabíveis, bem como os procedimentos necessários para nova medição e aprovação
42 junto à Caixa Econômica Federal. Informou que a nova medição já foi aprovada, estando em
43 fase final a elaboração do edital para contratação de empresa visando à conclusão da obra,
44 com previsão de publicação na próxima semana. A expectativa é de que, após os trâmites
45 legais, a obra seja retomada nos próximos dias. Comunicou, ainda, que o contrato referente ao
46 sistema já foi devidamente assinado, encontrando-se em fase de implantação, sendo sugerida
47 a possibilidade de utilização do próprio sistema para organização e acompanhamento dos
48 processos licitatórios. Deliberou-se que, a partir desta reunião, todo ponto de pauta que
49 demandar providências formais deverá, além do registro em ata, ser oficializado por meio de

50 ofício pelo CRESEMS, com a indicação dos responsáveis e respectivos encaminhamentos, a
51 fim de garantir maior efetividade e agilidade às deliberações do Conselho Curador.
52 Apresentação Qualicis – Na sequência, passou-se à apresentação dos dados referentes ao
53 Programa Qualicis, a pedido anterior da secretária de Ibiporã. A Sra. Márcia apresentou os
54 resultados da oitava avaliação do Programa, realizada no mês de fevereiro, destacando que o
55 Consórcio foi o último da região a aderir ao Qualicis, razão pela qual se encontra em etapa
56 avaliativa distinta de outros consórcios. Informou que as avaliações ocorrem semestralmente e
57 que os dados apresentados referem-se ao período de julho a dezembro de dois mil e vinte e
58 cinco. Ressaltou que o objetivo da apresentação é dar conhecimento aos gestores que não
59 puderam participar da reunião técnica anterior. Foram apresentados dados por linha de
60 cuidado, conforme segue: Linha de Cuidado da Pediatria, do Diabetes, da Gestante, do
61 Hipertenso, do Idoso e da Saúde Mental. Ao final, reforçou-se a importância do diálogo
62 permanente entre as linhas de cuidado e os coordenadores da Atenção Primária dos
63 municípios, visando qualificação da regulação, correta estratificação de risco e redução de
64 filas de espera. A Sra. Leiliane esclareceu que seu questionamento não se referia às linhas de
65 cuidado ou à oferta de atendimentos, mas especificamente à situação dos recursos financeiros
66 vinculados ao Programa. Relatou que, conforme informações recebidas da Regional de Saúde,
67 haveria saldo financeiro disponível em conta desde período anterior à saída da gestora Sra.
68 Silvia Karla, o qual permaneceria sem utilização, acrescido de valores que poderiam ter sido
69 recebidos caso houvesse cumprimento integral dos indicadores pactuados, totalizando
70 aproximadamente dezessete milhões de reais. Dessa forma, solicitou esclarecimentos quanto
71 ao montante efetivamente disponível em caixa, à origem dos recursos e à possibilidade de sua
72 execução. Em resposta ao questionamento acerca do montante de aproximadamente dezessete
73 milhões de reais mencionado pela Regional de Saúde, o Sr. Diego esclareceu que referido
74 valor corresponde ao total previsto contratualmente, considerando metas integrais de
75 desempenho, as quais não vêm sendo atingidas integralmente por nenhum dos consórcios.
76 Destacou que o Consórcio foi o último a aderir ao Programa, demandando período de
77 adaptação e compreensão técnica quanto às exigências do Qualicis, especialmente no tocante
78 às metas proporcionais e critérios de avaliação. Ressaltou, ainda, que determinadas linhas de
79 cuidado enfrentam dificuldade na contratação de profissionais, seja pela exigência de Registro
80 de Qualificação de Especialista (RQE), seja pelas especificidades contratuais que determinam
81 pagamento por hora trabalhada, vedando remuneração por produtividade ou por paciente. A
82 Sra. Jennifer complementou informando que foram encaminhadas à Regional propostas de
83 alteração do Plano de Trabalho, visando adequar metas e incluir novas especialidades
84 compatíveis com os vazios assistenciais identificados, contudo, até o momento, não houve
85 autorização formal para tais modificações. Foram apresentados esclarecimentos financeiros,
86 consignando-se que, ao final de dezembro de dois mil e vinte e quatro, o saldo em conta era
87 de um milhão, novecentos e noventa e cinco mil, dezenove reais e noventa e um centavos. No
88 exercício de dois mil e vinte e cinco, registraram-se repasses estaduais e contrapartida
89 municipal, com pagamentos totais de três milhões, seiscentos e sessenta e oito mil,
90 novecentos e cinquenta e um reais e setenta e sete centavos, apurando-se saldo em conta de
91 dois milhões, setecentos e setenta e sete mil, quinze reais e sete centavos. Desse montante, um
92 milhão, trezentos e dois mil, setecentos e noventa e sete reais e quinze centavos correspondem
93 a rendimentos financeiros, cuja utilização depende de autorização estadual, restando como
94 saldo efetivamente disponível para custeio um milhão, quatrocentos e setenta e quatro mil,
95 duzentos e dezessete reais e noventa e dois centavos. Em dois mil e vinte e seis, após
96 pagamentos de duzentos e noventa e cinco mil, quinhentos e quarenta e oito reais e setenta
97 centavos, o saldo disponível perfaz um milhão, cento e setenta e oito mil, seiscentos e
98 sessenta e nove reais e vinte e dois centavos. Registrou-se, ainda, que os repasses estaduais

99 foram temporariamente suspensos em razão do não atingimento do percentual mínimo de
100 setenta por cento das metas, tendo sido posteriormente retomados. Os recursos são vinculados
101 por linha de cuidado, não sendo possível o remanejamento entre elas. O Sr. Diego esclareceu,
102 ainda, que foi elaborado novo edital com proposta de reajuste do valor da hora médica para
103 duzentos e trinta reais, buscando tornar a contratação mais atrativa e ampliar a oferta de
104 atendimentos, considerando que o modelo do Programa exige atuação multiprofissional,
105 reuniões clínicas, matriciamento e cumprimento de carga horária presencial, fatores que
106 impactam na adesão de profissionais. Destacou-se também que existem limitações contratuais
107 impostas pelo Estado, inclusive quanto à exigência de que os atendimentos médicos sejam
108 realizados exclusivamente por profissionais com RQE e de que a remuneração seja por hora
109 trabalhada, conforme edital do Programa. A Sra. Leiliane solicitou que constasse em ata a
110 necessidade de diálogo institucional entre Estado, Regional de Saúde e Consórcio, visando
111 buscar soluções estruturais para as limitações operacionais e financeiras identificadas. Por
112 fim, a equipe técnica ressaltou a importância do fortalecimento da articulação com a Atenção
113 Primária à Saúde dos municípios, especialmente quanto ao conhecimento das linhas de
114 cuidado, fluxos de matriciamento e plano de cuidado compartilhado, entendendo que o
115 adequado encaminhamento e acompanhamento dos pacientes impacta diretamente no
116 desempenho das metas e na efetividade do Programa. Anteprojetos – Passou-se à apreciação
117 do Anteprojeto número um – referente à abertura de crédito especial destinado à construção
118 do Centro de Especialidades. Foi esclarecido que, no exercício anterior, houve superávit
119 financeiro decorrente do rateio, especialmente vinculado à Fonte um zero seis nove (receitas
120 correntes), relacionada a despesas com serviços médicos, sistemas de saúde e sistema
121 administrativo. Do montante apurado, será utilizado o valor de novecentos e setenta e seis mil,
122 oitocentos e cinquenta reais. Informou-se que, em razão da defasagem da obra e da
123 atualização da planilha orçamentária exigida pela Caixa Econômica Federal, apurou-se
124 diferença aproximada de novecentos mil reais, a qual deverá ser suportada pelo Consórcio
125 para viabilizar a aprovação do projeto e a continuidade dos trâmites para retomada da obra.
126 Registrou-se que a Presidência está buscando, junto a parlamentares e ao Ministério da Saúde,
127 a possibilidade de obtenção de recurso complementar, embora haja indicação de dificuldade
128 na liberação. Esclareceu-se, ainda, que a abertura do crédito especial é condição necessária
129 para aprovação do projeto junto à Caixa Econômica Federal. Após discussão, os secretários
130 manifestaram-se favoráveis ao anteprojeto de resolução. Anteprojeto número dois – dispõe
131 sobre a alteração da Resolução número cento e vinte e dois de dois mil e treze. Foi esclarecido
132 que a proposta trata da redução do valor do exame Peptídeo Natriurético tipo B (BNP),
133 marcador cardíaco utilizado para avaliação clínica. Informou-se que o Consórcio vinha
134 efetuando pagamento em valor superior ao praticado no mercado, sendo constatado, após
135 levantamento comparativo, que o preço pago estava significativamente acima da média. Dessa
136 forma, propõe-se a adequação do valor anteriormente fixado para cento e dez reais, conforme
137 média apurada em pesquisa de preços. Esclareceu-se que, após a aprovação da alteração, os
138 laboratórios credenciados serão formalmente notificados acerca do novo valor, que passará a
139 vigorar a partir da publicação da resolução. Após discussão, os secretários manifestaram-se
140 favoráveis ao anteprojeto de resolução. Anteprojeto número três – trata da abertura de crédito
141 especial no orçamento, em razão do recebimento de recurso destinado ao custeio de
142 especialidades, no valor de um milhão e quinhentos mil reais, oriundo de emenda
143 parlamentar. Esclareceu-se que, embora o recurso já esteja formalmente destinado, faz-se
144 necessária a abertura de crédito especial para possibilitar sua execução orçamentária e
145 financeira. Informou-se que o planejamento já foi ajustado e que a execução dos serviços com
146 utilização do referido recurso terá início no mês de março. Após discussão, os secretários
147 manifestaram-se favoráveis ao anteprojeto de resolução. Anteprojeto número quatro – dispõe

148 sobre a revisão geral anual dos salários e gratificações dos servidores do Consórcio. Foi
149 esclarecido que a data-base do Consórcio é o mês de fevereiro e que o percentual proposto
150 corresponde à variação do INPC acumulado no período de fevereiro a janeiro, fixado em
151 quatro virgula trinta por cento. Após discussão, os secretários manifestaram-se favoráveis ao
152 anteprojeto de resolução. Anteprojeto número cinco – referente à atualização do auxílio-
153 alimentação dos servidores do Consórcio. Esclareceu-se que a atualização segue o mesmo
154 percentual aplicado à revisão geral anual, passará para trezentos e setenta e cinco reais e
155 sessenta e três centavos. Registrou-se, ainda, que foi realizado levantamento comparativo com
156 outros órgãos públicos, constatando-se que o valor atualmente praticado pelo Consórcio
157 permanece inferior ao de diversas entidades da região. Após discussão, os secretários
158 manifestaram-se favoráveis ao anteprojeto de resolução. Aprovação dos protocolos de saúde –
159 No momento da apresentação, verificou-se que o texto não havia sido devidamente alterado,
160 conforme proposta apresentada pelo Município de Cambé (único município que apresentou
161 proposta). Diante da constatação do equívoco técnico e considerando a necessidade de ajustes
162 no documento, deliberou-se pela retirada da matéria de pauta, ficando sua apreciação
163 postergada para a próxima reunião, a ser realizada, se necessário, em caráter extraordinário.
164 Registrou-se a urgência na aprovação da matéria, em razão da necessidade de viabilizar a
165 operacionalização dos protocolos mencionados. **Outros assuntos de interesse do consórcio:**
166 O Sr. Diego informou que, durante o recesso, houve redução significativa na oferta de
167 atendimentos em razão de férias e afastamentos de profissionais médicos, estimando-se
168 execução entre aproximadamente quinze por cento e trinta por cento da capacidade regular.
169 Relembrou que na reunião anterior, já havia sido destacado que o maior impacto do recesso
170 não se restringe à área assistencial, mas atinge principalmente o setor administrativo,
171 especialmente em razão do encerramento do exercício financeiro, que exige empenhos,
172 reempenhos e fechamento contábil, demandando pleno funcionamento da estrutura
173 administrativa. Diante disso, ficou consignado que, para o próximo exercício, será
174 restabelecido o período de férias de dez dias, assegurando-se, contudo, a organização da
175 equipe administrativa, com diretores e responsáveis em atividade ou de sobreaviso, a fim de
176 evitar prejuízos operacionais e financeiros. **Informes:** O Sr. Diego solicitou a atenção dos
177 presentes para os informes finais, destacando, inicialmente, que o valor da contratualização
178 permanece inalterado desde dois mil e treze, enquanto os valores das consultas sofreram
179 atualizações ao longo dos anos. Informou que, no início do ano, por ocasião de evento
180 promovido pelo Governo do Estado para entrega de veículos aos consórcios, o Secretário de
181 Estado da Saúde, Beto Preto, anunciou programa de aporte financeiro adicional às consultas
182 realizadas pelos consórcios, no valor de dez reais por consulta. Esclareceu que o Consórcio
183 aguarda orientações formais da Regional de Saúde quanto à operacionalização do repasse e
184 critérios de limite financeiro por consórcio. Ressaltou que, independentemente da modalidade
185 (potencialização ou contratualização), o fundamental é o registro e a informação ao Estado
186 das consultas efetivamente realizadas, para fins de contabilização e repasse. Convidou, ainda,
187 os presentes a participarem do Grupo de Trabalho do Qualicis, agendado para o dia vinte e
188 seis, informando que nova comunicação será encaminhada aos municípios. Por fim, registrou
189 que permanecem pendentes: Envio de documentação referente ao contrato de Órteses e
190 Próteses por parte dos Municípios de Florestópolis, Centenário do Sul e Guaraci;
191 Encaminhamento do contrato de rateio pelos Municípios de Pitangueiras e Guaraci. O Sr.
192 Diego informou que foi firmado contrato com a empresa Licitec, a qual já atende consórcios
193 nos Estados de Santa Catarina e São Paulo, para implantação de novo sistema de gestão em
194 saúde. Esclareceu-se que o sistema contemplará gestão assistencial, regulação, controle de
195 filas e prontuário eletrônico, permanecendo a parte financeira sob responsabilidade do sistema
196 atualmente utilizado, com integração via API para fins de faturamento. Destacou-se que um

197 dos principais objetivos da contratação é aprimorar o faturamento e garantir maior
198 transparência na gestão das filas, especialmente para atendimento às exigências do Ministério
199 Público quanto ao Portal da Transparência. Nada mais havendo a tratar por ocasião desta
200 discussão, deu-se por encerrada a reunião, e eu Simone S. O. Oussaki, Assessora Executiva,
201 lavrando-se a presente Ata que, após lida e aprovada, foi assinada pelos presentes, de forma
202 que esta será publicada no site do Cismepar em até cinco dias úteis e o arquivo de áudio e/ou
203 vídeo desta reunião fica disponível para consulta aos interessados, sob guarda da Diretoria
204 Executiva.

MUNICÍPIO	NOME
Alvorada do Sul	Beatriz Fabiano
Assaí	Dylan Silva Custódio
Cafeara	Leonardo Ribeiro Pinheiros
Cambé	Talita Maria Bengozi Gozi
Centenário do Sul	Rodrigo Almeida Lens
Florestópolis	Fabiano Fachina
Guaraci	Alex Fernandes Monteiro
Ibiporã	Leiliane de Jesus de Martini Lopes Vilar
Jaguapitã	Ivani Alves de Souza
Jataizinho	Angela Maria Menezes
Londrina	Vivian Biazon El Reda Feijó
Prado Ferreira	Marilia Gabriela Salgado Alves
Primeiro de Maio	Daniela Ruzila Giannini
Rolândia	Erika Fernanda dos Santos Bezerra Ludwig
Tamarana	Viviane Granado Barreira da Silva
Cismepar	Diego Augusto Buffalo Gomes

205